

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

COGEAE

Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica

Raquel Caroline de Araujo Ramos

A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA FREUDIANA DO SOCIAL

COGEAE – PUC/SP

2016

Raquel Caroline de Araujo Ramos

A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA FREUDIANA DO SOCIAL

Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Teoria Psicanalítica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Orientador: Professor Doutor Pedro Luiz Ribeiro de Santi

Sugestões de Pareceristas: Professora Doutora Carmen Lúcia M. Valladares de Oliveira
Professora Doutora Inês Rosa Bianca Loureiro

COGEAE – PUC/SP

2016

RAMOS, R. C. A., *A construção de uma teoria freudiana do social*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / COGEAE, 2016.

RESUMO

O trabalho de monografia buscou um maior conhecimento das questões fundamentais exploradas por Freud em relação aos aspectos sociais. Para tanto foram previamente selecionadas quatro categorias de análise: sobre renúncia e repressão nas obras sociais de Freud, fatores que sustentam os laços sociais, religião e intermediação simbólica. Identificando-as nos textos *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908), *Totem e tabu* (1913), *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) e *O mal estar na civilização* (1930), foram observadas ideias e movimentos relativos aos temas, com identificação de conteúdos semelhantes e complementares. Iniciou-se com considerações a respeito do contexto social a qual Freud estava inserido como influência à origem da psicanálise e toda construção de sua obra. Na sequência foram explorados assuntos relacionados às categorias e se chegou às seguintes questões: a dinâmica psíquica - conflito, repressão e retorno do reprimido - como parâmetro para muitos argumentos dos textos estudados; a ideia de repressão e tabu aprofundada com a pesquisa sobre os aborígenes australianos e a identificação de um forte desejo por trás das proibições; o rebaixamento das repressões no contexto de grupo, assim como o conceito de “ideal do Eu”; repressão excessiva dos instintos, com um novo destaque para a pulsão de morte e agressividade. Sobre os fatores que sustentam os laços sociais abordou-se a ideia de que laços libidinais garantem a consideração e tolerância ao outro e o conceito de identificação. O decorrer do trabalho desencadeou a discussão do tema religião, com estudo de sua origem e os fatores por trás de seu estabelecimento. Foi finalizado com o conceito de intermediação simbólica, partindo-se da explicação “histórica” de Darwin.

Palavras-chave: aspectos sociais, repressão, retorno do reprimido, religião, laços libidinais, intermediação simbólica.

AGRADECIMENTOS

Especialmente aos meus pais, Otilia e Luis, que são minhas bases e referências.

Aos amigos, que de maneiras diversas estimularam a finalização desse trabalho, principalmente nos meus momentos de ausência.

Aos professores do curso de especialização em Teoria de Psicanálítica, que compartilharam seus valiosos conhecimentos e experiências.

Ao professor doutor Pedro Luiz Ribeiro de Santi, orientador desse trabalho, pelos valiosos direcionamentos, disponibilidade e prontidão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1 - PSICANÁLISE: EMERGENTE DO CONTEXTO SOCIAL E BASE POSSÍVEL PARA ENTENDIMENTO DO MESMO.....	11
CAPÍTULO 2 - CATEGORIA 1: SOBRE RENÚNCIA E REPRESSÃO NAS OBRAS SOCIAIS DE FREUD.....	14
2.1. CONFLITO, REPRESSÃO E RETORNO DO REPRIMIDO.....	14
2.2. TOTEMISMO E EXOGAMIA.....	17
2.3. MASSA E O REBAIXAMENTO DAS REPRESSÕES.....	20
2.4. EU <i>VERSUS</i> “IDEIAL DO EU” NA MASSA.....	21
2.5. EQUILÍBRIO ENTRE EXIGÊNCIAS INDIVIDUAIS E GRUPAIS.....	22
2.6. PULSÃO DE MORTE, REPRESSÃO DOS INSTINTOS E CONSCIÊNCIA DE CULPA.....	24
CAPÍTULO 3 - CATEGORIA 2: FATORES QUE SUSTENTAM OS LAÇOS SOCIAIS.....	30
3.1. LAÇOS LIBIDINAIS	30
3.2. IDENTIFICAÇÃO	32
3.3. CIVILIZAÇÃO E “FRUSTRAÇÃO CULTURAL”.....	33
CAPÍTULO 4 - CATEGORIA 3: RELIGIÃO	37
4.1. ORIGEM	37
4.2. RELIGIÃO COMO DERIVAÇÃO DO DESAMPARO INFANTIL	39
CAPÍTULO 5 - CATEGORIA 4: INTERMEDIÇÃO SIMBÓLICA	43
5.1. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO LUGAR DO PAI	43
5.2. INTERMIDIAÇÃO SIMBÓLICA NA MASSA	46
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

INTRODUÇÃO

Embora a Psicanálise tenha sua teoria amplamente voltada para a prática clínica, é possível verificar, quando em contato com as obras completas de Sigmund Freud, que ele realizou muitas análises e ofereceu grandes contribuições com seus entendimentos e conclusões a respeito dos fenômenos sociais.

Em determinado momento no curso de graduação em Psicologia, realizado por mim no período de 2006 a 2011, tive contato com alguns desses escritos nas aulas de psicologia social, porém foi durante a realização de estágios, em uma instituição de medida socioeducativa em meio aberto e um centro de acolhida para pessoas em situação de rua, que tais conteúdos se tornaram mais significativos. Nas observações e elaborações dos relatórios para descrições das experiências, com frequência recorria a esses materiais para pautar teoricamente minhas práticas e encontrar explicações para as realidades vivenciadas.

Exclusão social e a institucionalização como meio para uma inserção, agressividade, consumo de drogas, religião, formação de grupos e ações impulsivas, necessidade de seguir um líder, ou busca de um “pai” por meio da justiça. Todos esses aspectos foram observados e embasados nas ideias de Freud.

Em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), Freud introduziu o texto destacando que:

A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou das massas, que à primeira vista pode parecer muito significativa, perde boa parte de sua agudeza se a examinarmos mais detidamente. É certo que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, investigando os caminhos pelos quais ele busca obter a satisfação para seus impulsos instintuais, mas ela raramente, apenas em condições excepcionais, pode abstrair das relações deste particular com os outros indivíduos. Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e portanto a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado. (FREUD, 1921, p.14).

Diante de tal crença, o autor certamente realizaria leituras dos aspectos sociais do ser humano e estudar suas conclusões tem a importância justificada exatamente

no fato dele não aceitar, como visto acima, a divisão indivíduo-sociedade ou psicologia individual-social, explicitando as modificações psíquicas que as influências culturais e grupais provocam no sujeito. É para algumas dessas análises que se darão ênfase no desenvolvimento dessa monografia.

Para realização da pesquisa, de vertente teórica, foi utilizado o método de análise de conteúdo para discussão e interpretação dos dados, a partir dos textos: *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908), *Totem e tabu* (1913), *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) e *O mal estar na civilização* (1930).

Torna-se válido observar que as traduções das referidas obras de Freud, utilizadas para o alcance desse objetivo, foram as organizadas pela Companhia das Letras e realizadas por Paulo César de Souza, historiador e experiente tradutor que ganhou credibilidade ao ser agraciado com dois Prêmios Jabuti pela excelência em suas versões de Friedrich Nietzsche e Bertold Brecht.

Apesar de em Janeiro de 2010 as obras de Sigmund Freud já estarem em domínio público, o que permitiu um acesso ao original, sem escalas na Inglaterra ou França, como havia ocorrido anteriormente, essa tradução diretamente do alemão também levantou polêmicas, principalmente em relação a traduzir o termo fundamental no meio psicanalítico *Trieb* por “instinto”, no lugar da já amplamente utilizada “pulsão”.

Paulo César afirma em diversos momentos que sua aproximação com Freud se deu por meio da linguagem e literatura. Buscou reproduzir as obras completas em sua naturalidade, dispensando esclarecimentos adicionais e se limitando aos seus comentários próprios sobre aspectos de tradução e semântica. (BRACCO, 2011)

Dessa forma o autor, embora tenha impressionado com sua capacidade de recriação literária, conferindo aos textos fluidez e elegâncias antes não tão claras aos leitores brasileiros, foi na contramão da prática da grande maioria dos psicanalistas. (IANNINI, 2013)

Em *As palavras de Freud* (1998), Paulo César faz argumentações em relação às suas escolhas com a afirmação de que o vocabulário alemão é bastante polissêmico e até Freud haveria dado destaque ao fato que muitas línguas modernas invejam a amplidão de significados envolvendo *Trieb*, que em geral pode ser traduzido, dentre outros, por impulso, ímpeto, inclinação, propensão, propulsão,

pressão, movimento, vontade. O verbo do qual é derivado, *treiben*, é usado em muitas situações coloquiais e dentre os seus sentidos estão: impelir, mover, empurrar, enxotar, conduzir, estimular, animar, ocupar-se ou dedicar-se a algo, fazer, ter relação sexual, brotar, germinar.

Segundo ele, a principal crítica à tradução por “instinto” foi encampada e elaborada por teóricos franceses da psicanálise, sendo que suas primeiras traduções, feitas enquanto Freud vivia (e acompanhadas por ele), recorriam ao vocábulo tradicional, sem maior discussão. Só a partir de Lacan e o *Vocabulário de Psicanálise*, difundiu-se a alternativa *pulsion*, que foi sendo adotada em outras línguas neolatinas e entre psicanalistas brasileiros.

O tradutor entende que algumas ocasiões em que Freud utilizou o termo *Instinkt*, para qualificar um comportamento animal hereditário, próprio de uma espécie, abriu caminho para que os intérpretes estabelecessem uma distinção absoluta no texto freudiano entre o uso de *Trieb* e *Instinkt*. Diante disso “passou-se a ver no conceito de ‘pulsão’ o conceito freudiano por excelência, por oposição ao instinto-animal, objeto da biologia.” (SOUZA, 1998, p. 246)

Ele faz então referências a diversos dicionários, sobretudo o Aurélio, para defender que a palavra “instinto” não tem um sentido tão limitado. O autor admite que tanto no caso de “instinto” como no de “pulsão” existem ganhos e perdas em relação a um conceito tão amplo e complexo, porém, para ele, tomar um neologismo em detrimento de um termo já conhecido menosprezaria as relações associativas, sendo que tanto a psicanálise quanto a língua vivem de associações.

Independente da aspiração que alguém possa ter em ampliar o campo semântico do termo “instinto”, buscando desvinculá-lo de certa ideia fixa, não é possível resguardá-lo das ressonâncias normativas contidas no léxico naturalista, genético, hereditário, inato, incontrollável, ou seja, uma disposição ligada ao campo da biologia. Principalmente no atual contexto político, em que as neurociências e afins se transformaram no fundamento científico da ideologia de supressão da subjetividade. (IANNINI, 2013)

É importante considerar, no entanto, que toda a construção teórica de Freud, apesar de caminhar para a redução da questão da hereditariedade, nunca abre mão completamente dela como recurso para certas situações, assim quanto ao

naturalismo em relação à cultura. Porém os aspectos culturais, assim como será explorado nesse trabalho, são tomados pelo psicanalista como determinante para o funcionamento psíquico. O que ele considera na maior parte do tempo é a posição do ser humano diante do seu desejo: o que ele faz e pode fazer diante dele.

Todas essas questões levantam um grande debate acerca do assunto, o que torna útil destacar que as referências ao termo “instinto”, no decorrer da minha escrita, ocorrem em decorrência da tradução utilizada para sua realização, não incitando o debate ou indicando um posicionamento.

Diante da dificuldade de se traduzir *Trieb* e a coerência ou não da sua tradução por instinto, recorro às palavras de Freud (1915), quando considerou que:

Não é raro ouvirmos a exigência de que uma ciência deve ser edificada sobre conceitos fundamentais claros e bem definidos. Na realidade, nenhuma ciência começa com tais definições, nem mesmo as mais exatas. O verdadeiro início da científica está na descrição de fenômenos, que depois são agrupados, ordenados e relacionados entre si. (p. 52)

Assim, restrinjo-me, para esse fim, a considerar as ideias por trás do conceito *Trieb*, que nesse contexto é apresentado como instinto, e diz respeito, conforme Freud (1915), ao “conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo” (p.57)

Refiro-me assim, quando uso a palavra “instinto” ao processo dinâmico que consiste numa pressão ou força (carga genética ou motricidade) responsável por tencionar o organismo para um objetivo, com fonte numa excitação corporal (estado de tensão). Seu objetivo é suprimir esse estado de tensão. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991)

A construção do trabalho, então, terá o objetivo de identificar, classificar, interpretar e comparar quatro unidades de análises e categorias inicialmente determinadas: sobre renúncia e repressão nas obras sociais de Freud; fatores que sustentam os laços sociais; religião; intermediação simbólica. Depois de exploradas, observando-se movimentos relativos ao tema, transversalmente se caminhará por essas categorias, identificando aspectos semelhantes.

O percurso para isso passará, inicialmente, por uma constatação das influências do contexto social, a qual Freud estava inserido, por trás da origem da psicanálise e toda construção de sua obra. Serão considerados os argumentos de Bettelheim (1990) e Mezan (1985) quando defendem não ser à toa o nascimento da psicanálise em Viena, sendo resultado, sobretudo, do relacionamento de seu fundador com esse meio específico.

O segundo capítulo já explorará a primeira categoria apresentada acima e terá seu início com um resgate da dinâmica psíquica: conflito, repressão e retorno do reprimido, que servirá de parâmetro para muitos argumentos dos textos estudados e principalmente sobre esse tema. Posteriormente caminhará para a exploração da ideia de repressão e tabu com o estudo dos aborígenes Australianos, amplamente explorado na obra *Totem e Tabu* (1913), com a identificação da ideia de um forte desejo por trás de proibições e a questão da “ambivalência de sentimentos”.

Com um olhar especificamente para o estudo de formação de grupos e massas, será destacado também o rebaixamento das repressões nesse contexto, assim como o conceito de “ideal do Eu”. O desfecho desse tópico demonstrará a preocupação de Freud já mencionada anteriormente em relação ao processo civilizatório e a repressão excessiva dos instintos, neste momento com um novo destaque para a pulsão de morte e agressividade. Será contestado se um equilíbrio entre exigências individuais e sociais mediante uma determinada configuração cultural é possível ou se esse conflito é insolúvel.

O capítulo dois dará continuidade com a exploração do tema sobre os fatores que sustentam os laços sociais nas obras analisadas, iniciado com a ideia de que laços libidinais garantem à consideração e tolerância ao outro. Será apresentado também o conceito de identificação, tido como a mais primordial forma de ligação afetiva e possível substituta para as ligações libidinosas. O desfecho se dará por meio da ideia da existência de uma “frustração cultural” no âmbito dos vínculos sociais e suas consequências.

O decorrer do trabalho chegará ao capítulo três e a discussão do tema religião, em que serão estudados aspectos de sua origem e os fatores por trás de seu estabelecimento. O último capítulo tratará da ideia de intermediação simbólica, partindo da explicação “histórica” de Darwin, seguindo até a instauração da

organização social como instância simbólica confiável para intermediar as relações no lugar do pai. E por fim será dada uma atenção a esse aspecto no contexto das massas e o lugar do líder.

CAPÍTULO 1 - PSICANÁLISE: EMERGENTE DO CONTEXTO SOCIAL E BASE POSSÍVEL PARA ENTENDIMENTO DO MESMO

Embora Freud tenha nascido na cidade de Příbor (em alemão, *Freiberg in Mähren*), município na então Morávia, atualmente República Checa, foi em Viena que ele trabalhou e viveu a maior parte da sua vida, retirando-se apenas quando se viu ameaçado diante da invasão nazista, em 1938.

A “velha Cidade Imperial”, como Viena era chamada, tratava-se da capital do maior império da época, o austro-húngaro, uma superpotência reconhecida em toda a Europa, com vasto território e meio caminho entre o Ocidente e o Império Otomano, entre a Alemanha e Itália.

Devido a mutações políticas, sociais, culturais e a consequente perda de sua hegemonia, resultado principalmente de derrotas militares ocorridas em 1859, contra o Piemonte, e de 1866, contra a Prússia, Viena viu-se sede de um império em decadência, acompanhada de rivalidades entre as várias nacionalidades que o compunham e pelas crises econômicas ligadas a fragilidade da implantação do capitalismo numa sociedade fortemente marcada por traços feudais.

Paralelo a esse turbilhão, para evitar a angustia, conforme afirmou Bettelheim (1991), observavam-se formas de negação como espécie de defesa, tanto entre as elites intelectuais, que abandonavam a política como tema digno de atenção, desprezando a realidade exterior e voltando-se para exploração e conquista do “mundo interno”, quanto a maioria dos vienenses que, “buscando outra maneira de escapar à ‘apreensão que sentia numa hora em que o mundo tradicional e seguro estava se desintegrando’, encontrou-a na ‘diversão despreocupada’, da qual o símbolo mais eloquente será a voga da opereta e da música para dançar – a valsa. (MEZAN, 1998, p.277)

Ainda conforme Bettelheim (1991) era marcante o hedonismo, com vínculo essencial entre o sexo, a loucura e a morte, que caracterizará o fim do século XIX na capital austríaca: “hedonismo esteticista, sombrio, amargo e no fundo desesperado, na versão das ‘elites’; hedonismo vulgar e superficial, na versão das ‘massas’.” (MEZAN, 1998, p.278). Merece destaque também as tragédias da família imperial,

com acontecimentos envolvendo aspectos histéricos, neuróticos, assassinatos, suicídios e conflitos edípicos.

É nesse clima psicológico de Viena, durante o processo de decadência do império (1870-1914), que Freud está inserido:

Não foi por acaso que a psicanálise nasceu em Viena e ali atingiu a maturidade. No tempo de Freud, a atmosfera cultural de Viena estimulava a fascinação por doenças mentais e problemas sexuais de forma singular no mundo ocidental – uma fascinação que se estendia à sociedade, e até a corte imperial que dominava a vida social vienense. As origens dessa singular preocupação cultural remontam à história da própria cidade e, mais particularmente, aos interesses e atitudes que dominavam o pensamento das elites culturais de Viena pouco antes e durante o período em que Freud desenvolveu suas revolucionárias teorias sobre a vida emocional. (BETTELHEIM, 1990, p.3)

Torna-se válido considerar, no entanto, que Freud não fez parte da vanguarda cultural e artística de Viena na época e seus interesses quanto à arte permaneceram relativamente conservadores, raramente atendendo-se a artistas contemporâneos. Porém é possível afirmar que a psicanálise, na sua esfera própria e ao contestar a visão médica, foi correspondente com o propósito dos movimentos intelectuais e artísticos daquele contexto histórico, recusando-se também a considerar o mundo físico e cultural com os padrões adotados pela tradição cultural do Ocidente, negando a crença na naturalidade dos meios habituais e familiares de representação do real. (MEZAN, 1998)

Muito além de teorizar o que está presente na atmosfera do local, da descoberta do inconsciente, a teoria das pulsões ou outro elemento de sua obra, as inovações técnicas que marcaram o advento da psicanálise, a livre associação e atenção flutuante, assinalaram esse questionamento a partir das convenções do diálogo e da incitação a infringir as regras do raciocínio. A proposta de associação implicou a quebra dos vínculos lógicos e desconsideração da censura moral pelo paciente.

Como a psicanálise nasceu num lugar e num momento determinados – a Viena da virada do século – e por obra de um indivíduo determinado, as relações de seu

fundador com este meio específico não podem deixar de ser decisivas para sua emergência. (MEZAN, 1985, p. 22)

É possível verificar, portanto, que os fatores sociais cercaram a psicanálise desde a sua origem e seguiram influenciando as construções teóricas de Freud, uma vez que são, em grande parte, resultados de visitas ao seu divã por pessoas que viviam nesta atmosfera e que buscavam, com tal método terapêutico, dar conta do alto custo psíquico necessário para, em equivalência com a moral, manter as constantes repressões dos desejos e fantasias sexuais, resultando nas “doenças dos nervos”, a histeria. Por meio disso, Freud descobriu o funcionamento do inconsciente e formulou as leis que o governam.

Mesmo diante dessas questões, em 1911, Alfred Adler, apesar de nunca ter aderido completamente à psicanálise ou atribuído a maestria almejada por Freud, rompeu seu vínculo com a Sociedade Psicanalítica de Viena utilizando como principal argumento a pouca importância atribuída pela psicanálise, conforme ele, aos fatores culturais na formação do indivíduo e emergência das neuroses. (MEZAN, 1985)

Então, a redação do texto *Totem e Tabu* (1913), que teria ocupado Freud durante quase dois anos, em decorrência da importância atribuída à obra, foi influenciada, sobretudo, por essa crítica. Sem perder de vista a perspectiva psicanalítica, o autor analisou o surgimento e sentido da religião.

Mostrou-se válido, então, estudar a forma com que as obras sociais de Freud são pensadas e apresentadas. Para isso, serão investigados, nesse trabalho, sob que modos as seguintes categorias recebem uma análise psicanalítica em relação aos aspectos sociais: sobre renúncia e repressão nas obras sociais de Freud; fatores que sustentam os laços sociais; religião e intermediação simbólica.

Tais aspectos serão explorados a partir dos textos: *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908), *Totem e tabu* (1913), *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) e *O mal estar na civilização* (1930).

CAPÍTULO 2 - CATEGORIA 1: SOBRE RENÚNCIA E REPRESSÃO NAS OBRAS SOCIAIS DE FREUD

2.1. CONFLITO, REPRESSÃO E RETORNO DO REPRIMIDO

Para iniciar a discussão dessa categoria é válido retomar o início do contato de Freud com as histéricas, em que, como neurologista, defrontou-se com a falta de instrumental dessa área para responder aos sofrimentos dessas pacientes.

Após muitos estudos e observações, ele articulou a conversão histérica ao universo representativo e assim os sintomas passaram a ser tomados como resultado de uma dinâmica psíquica composta por: conflito, repressão e retorno do reprimido (FIGUEIREDO; SANTI, 2008)

Para o psicanalista, diante de conflitos entre tendências contraditórias, surgem angústias. Em resposta a isso, o sujeito se defende inibindo uma das tendências e reprimindo sua representação, ou um grupo delas, cujo acesso à consciência gera dor. Essa exclusão da consciência traz um conforto imediato, porém a representação reprimida permanece no inconsciente psíquico e na medida em que é significativa, acabará por se manifestar, sem a possibilidade de controle do eu.

O resultado desse embate entre representação inconsciente e defesa é o retorno simbólico do reprimido como sintoma, ato falho, sonho, chiste. Tais fatores possuem a função de deformar o desejo que foi inicialmente recalcado para que a consciência não o reconheça e então rebaixe a defesa em relação ao mesmo.

O termo sintoma talvez possa ser utilizado genericamente para todos estes produtos, na medida em que ele expressa a ideia de que o sentido daquilo que se trata está oculto: dizer que algo é sintoma é dizer que seu sentido não reside em si, mas ele representa outra coisa, esta invisível diretamente. (FIGUEIREDO; SANTI, 2008, p.84)

Discussões que envolvem o tema renúncia e repressão aparecem com muita frequência nas obras sociais de Freud e, diante disso, essa categoria será a mais desenvolvida nesse trabalho. Na obra *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908), por exemplo, essa dinâmica psíquica envolvendo repressão e sintoma aparece como central no texto quando o autor, conforme anunciado em seu

título, deduz como fonte do nervosismo moderno a existência da moral sexual cultural, resultante de uma coerção nociva dos impulsos sexuais.

Em seu início se faz referência ao filósofo Von Ehrenfels e seu escrito *Ética Sexual* (1907) que estabelece uma diferenciação ao que chamou de moral sexual “natural”, constitutiva, sob cujo domínio um povo se conserva sadio e capaz; e moral sexual “cultural”, adquirida, aquela cujo controle tem como objetivo um trabalho cultural mais intenso e produtivo. Para esse autor, porém, a moral sexual cultural que governava a sociedade ocidental era responsável por diversos males e necessitava de reformas.

Outros interlocutores citados no texto foram Wilhelm Erb, Von Krafft Ebing, Otto Binswanger e George Beard. Freud não discordava desses pensadores e reforçava suas ideias de que a influência do social era determinante para a compreensão das novas doenças, porém afirmava que as teorias apresentadas eram insuficientes para explicar os distúrbios nervosos, uma vez que não ressaltavam o essencial: a repressão danosa da sexualidade.

Assim como defendeu em sua obra *Três ensaios de uma teoria da sexualidade* (1905), reafirmou que o instinto sexual humano tem em sua origem não a procriação, mas a obtenção de determinadas formas de prazer, exemplificando com os estágios do autoerotismo, na infância, em que se obtém satisfação não só com os genitais, mas com outras partes do corpo, as zonas erógenas.

Seria então papel da educação a restrição dessa excitação sexual fornecida pelo próprio corpo, partindo da autonomia das zonas erógenas à sua subordinação, com os genitais postos a serviço da procriação. Por trás dessa repressão também existiria o interesse na sublimação, em que se troca uma meta originalmente sexual por outra, não mais sexual. “Assim, as energias utilizáveis no trabalho da cultura são obtidas, em grande parte, pela repressão dos chamados elementos perversos da excitação sexual.” (FREUD, 1908, p. 370)

Em decorrência da capacidade de deslocar a meta sexual sem moderar significativamente sua intensidade, o ser humano, com instintos sexuais mais desenvolvidos que a maioria dos animais superiores, é capaz também de colocar à disposição do trabalho da cultura grandes montantes dessa energia.

Porém, certa medida de satisfação sexual direta, segundo Freud, parece indispensável na maioria das organizações dos sujeitos, e sua ausência, aspecto individualmente variável, é punida com fenômenos considerados patológicos devidos efeitos prejudiciais sobre o funcionamento psíquico e seu caráter desprazeroso.

Considerando essa evolução dos instintos, o psicanalista diferenciou três estágios culturais: o primeiro, em que o instinto sexual não é limitado pelas metas da reprodução; o segundo, relacionado à repressão dos instintos, exceto os ligados à procriação, restringindo a sexualidade à genitalidade; e o terceiro, que limita o exercício da genitalidade à reprodução no interior da família monogâmica; essa etapa corresponderia à nossa moral sexual “cultural”.

Esse processo vai excluindo do acesso ao “tolerado” diversos indivíduos que não se adequam à norma e com isso passam à categoria de “criminosos”, como se a moral fosse natural e não uma instituição social. Diante disso, para não ocupar esse lugar e divergir ante os padrões culturais, busca-se reprimir por inteiro as tendências que se colocam em conflito com as exigências morais.

Para o autor, reprimir e não satisfazer um impulso tão poderoso quanto o instinto sexual pode solicitar todas as forças do indivíduo. Apenas temporariamente e uma minoria consegue desviar as forças instintuais da meta sexual para aspectos culturais. Na maior parte das pessoas a consequência é a neurose ou algum outro tipo de dano, como os distúrbios nervosos.

A moral sexual que governa a sociedade, embora haja o reconhecimento da promoção da civilização, necessitaria de reformas, uma vez que é responsável por uma série de males e compromete o objetivo final da cultura. Para reprimir os instintos sexuais, as pessoas, além de empobrecerem interiormente, gastam grande parte das forças que seriam utilizadas no trabalho da cultura e se tornam inutilizáveis para a sociedade.

O comportamento sexual é defendido como modelo a outras formas de reação na vida. Portanto, Freud acredita que se um homem conquista energicamente seu objeto sexual, terá o mesmo vigor na busca de outras metas, já se um outro renuncia a satisfação de seus instintos sexuais, será resignado em outras áreas. Ele relacionou então a inferioridade intelectual de muitas mulheres com a repressão do pensamento, necessária à repressão sexual.

Assim, a sociedade não poderia considerar que obtém ganhos em troca desses sacrifícios, pois a consequência para suas amplas restrições é o aumento do nervosismo. Um fracasso semelhante a essa compensação pode ser visto também quando reprime violentamente suas tendências à dureza e agressividade e se torna extremamente bom. Como lhe é subtraído tanta energia ao fazê-lo, não pode realizar tudo o que corresponde a seus impulsos compensatórios e acaba por fazer menos coisas boas do que teria feito sem a repressão.

2.2. TOTEMISMO E EXOGAMIA

Totem e tabu (1913) pode ser considerada a obra social mais importante de Freud e a qual ele frequentemente faz referências em muitos trabalhos posteriores. Em seu prefácio consta que se trata de uma primeira tentativa de aplicar perspectivas e resultados da psicanálise a questões ainda não resolvidas da psicologia dos povos.

Utilizando-se de quatro ensaios, o psicanalista se voltou para aborígenes australianos com o objetivo de estudar e explicar a origem da religião, passando pela reflexão sobre os fundamentos da sociedade e cultura, o que não se distancia das ideias apresentadas na obra explorada anteriormente, mas se trata de um profundo desenvolvimento do assunto.

Segundo os etnólogos da época, o totemismo, sistema utilizado por essas tribos australianas em substituições às instituições sociais religiosas, teria sido a etapa inicial da religião e consistia na crença de que o totem, com frequência um animal e mais raramente uma planta ou força da natureza, seria um antepassado mítico do clã e era exigido um conjunto de normas a se observar quanto a ele. A relação com o totem é o fundamento de todas as obrigações sociais para um australiano.

Destacam-se, dentre essas regras, as que se referem à vida do totem, sendo que os descendentes deste deveriam preservar os seres da mesma espécie, não caçando ou comendo-o. A exogamia, por sua vez, é uma lei essencial do totemismo e se trata de proibir membros do mesmo clã de se relacionarem sexualmente entre si, não sendo permitido, portanto, o casamento entre eles. Torna-se válido

acrescentar que os nomes com que se determinavam o parentesco consideravam um laço entre um indivíduo e um grupo; não indicam consanguinidade, são laços sociais e não físicos. Tal fato ocasiona maior restrição para a escolha matrimonial e liberdade sexual.

Mesmo diante dessa dificuldade, sua transgressão é vingada por toda tribo como se tivessem o objetivo de afastar um perigo que ameaça todo o grupo ou uma culpa que os oprime. Na Austrália, o castigo comum para relações sexuais com uma pessoa de um clã proibido é a morte.

Freud então chama a atenção para o fato de que nada no conceito e nas características do totem justificavam essa proibição severamente mantida, não ficando claro como havia sido incluída nesse sistema. Para ele, a exogamia totêmica transmite a impressão de ser um estatuto sagrado, um costume, com origem desconhecida.

No segundo ensaio, intitulado “O tabu e a ambivalência dos sentimentos”, o autor descreve tabu como uma série de restrições impostas uma vez a determinada geração de homens primitivos e transferida para gerações posteriores como proibições que se cumprem de maneira óbvia, sem buscar saber os porquês, já que se tem a convicção de que uma transgressão será punida automaticamente.

Quanto ao assunto, ele cita as ideias do estudioso Wilhelm Wundt, que em seus estudos sobre mitos e religiões considerou o tabu como derivação da crença dos povos primitivos em poderes demoníacos. Teria se desvinculado dessa raiz com o tempo e continuou representando um poder simplesmente porque o era, em decorrência de uma obstinação psíquica: e então se tornou a raiz de nossos mandamentos morais e nossas leis.

Freud, no entanto, discorda de tal posicionamento e afirma que na psicologia, o medo ou os demônios não são considerados coisas últimas, mas sim criações das forças psíquicas humanas e são criados por e a partir de algo. “A crença, própria do tabu original, num poder demoníaco que se acha oculto no objeto e que, se este é tocado ou usado ilicitamente, vinga-se com o enfeitiçamento do infrator, nada é se não o medo objetificado.” (FREUD, 1913, p. 52)

O autor então, durante o decorrer de todo o texto, faz comparações entre a neurose obsessiva e o tabu, afirmando que ambos apresentam as seguintes

características em comum: há uma ausência de motivos para os preceitos e certeza interna de que a transgressão ocasionará uma desgraça; possuem também um caráter deslocável, estendendo-se de um objeto a outro por meio de qualquer conexão, assim como o perigo de contágio pelo proibido; e se assemelham também no fato de originarem ações cerimoniais, preceitos que advêm das proibições.

A principal semelhança entre neurose obsessiva e tabu, no entanto, foi traduzida por Freud com o conceito: “ambivalência de sentimentos”. A primeira ocorre em virtude do contraste entre desejo e proibição. A oposição entre essas duas correntes não é conciliável, então a proibição se torna consciente e o desejo inconsciente. Este, no entanto, desloca-se constantemente com o objetivo de escapar ao cerco que se acha, e procura obter substitutos e ações substitutas.

Os tabus também são descritos como proibições sobre atividades para as quais havia uma forte inclinação. Elas foram mantidas de geração em geração, pois, além da tradição, levada pela autoridade dos pais e da sociedade, o desejo original de fazer o proibido continua a existir nos povos em que há o tabu. No entanto, o desejo é inconsciente, assim como no neurótico.

Freud observou, então, que as mais antigas e importantes proibições do tabu são as duas leis fundamentais do totemismo: não liquidar o animal totêmico e evitar relações sexuais com indivíduos do mesmo totem, o que, conforme ele, devem representar “os mais antigos e poderosos apetites humanos. (...) O fundamento do tabu é uma ação proibida, para a qual há um forte pendor no inconsciente.” (FREUD, 1913, p. 61).

Com a apresentação dessas questões, fica claro por que a violação de determinados tabus envolve um perigo social, que passa a ser expiado por todos os membros da sociedade para proteger a todos. Interfere-se na possibilidade de incitar à imitação, de induzir à tentação, em virtude da qual o grupo se desagregaria. Sem punir a violação, os outros se conscientizariam de desejarem agir igual ao transgressor.

2.3. MASSA E O REBAIXAMENTO DAS REPRESSÕES

Em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), Freud, a partir de ideias presentes no livro *Psicologia das massas*, de Le Bon, considera a existência da massa psicológica, condição em que um indivíduo, alinhado a uma multidão de semelhantes ou dessemelhantes, pensa, sente e age de modo completamente inesperado. Quaisquer que sejam as pessoas que a compõe, com diferentes ocupações, personalidades ou inteligências, ao se transformarem em massa adquirem uma espécie de alma coletiva. Suas aquisições próprias se apagam, juntamente com suas particularidades.

O autor, discutindo os argumentos apresentados, afirma que as características aparentemente novas que emergem nada mais seriam do que manifestações do inconsciente, uma vez que o indivíduo está em condições que lhe permitem se livrar das repressões de seus impulsos instintivos. A afetividade do indivíduo então é intensificada, sua capacidade intelectual diminuída e há um nivelamento com os outros componentes.

A massa, uma vez que o sujeito se dissolve nela, é guiada quase exclusivamente pelo inconsciente e se torna impulsiva, volúvel, excitável, influenciável, acrítica, não tolera demora entre desejo e realização, tem o sentimento da onipotência, a noção do impossível desaparece para os indivíduos que a compõe, sendo que todas as inibições individuais somem e os instintos cruéis e destrutivos que normalmente se mantêm reprimidos são despertados para livre satisfação, tendo por trás vestígios dos seres primitivos.

Ela produz no indivíduo uma impressão de poder ilimitado, uma vez que a massa se coloca no lugar de toda a sociedade humana, cujos castigos são temidos e, em decorrência disso, impõe-se tantas inibições. Em obediência à nova autoridade, a consciência anterior pode ser posta fora de ação e dar espaço para o ganho prazeroso que se obtém ao suprimir as repressões.

Freud, nessa obra, acreditando que foram reunidas, sob a denominação de “massas”, formações muito diversas e que necessitam de diferenciações, apresenta e reflete também as ideias de outro pensador de seu tempo, William McDougall, psicólogo inglês, que opõe o comportamento das massas descritas acima, afirmando

existir um modo de impedir tais efeitos. Ele dá destaque então para grupos especializados que se organizam por meio da convivência durante um longo período de tempo, formação de vínculo afetivo, instauração de hierarquia, inscrição numa tradição e regulamentação de sua interação com outros grupos da sociedade, também organizados, rivalizando com eles.

Conforme análise de Freud, essa diferenciação dos outros grupos por meio da organização está relacionada ao fato de que, com esses novos fatores, a massa se provém daquelas mesmas qualidades que eram características do indivíduo e foram extintas pela formação da massa “não organizada”.

Trata-se de prover a massa daquelas mesmas qualidades que eram características do indivíduo e que nele foram extintas pela formação da massa. Pois o indivíduo tinha – fora da massa primitiva – sua continuidade, sua consciência de si, seus hábitos e tradições, seu trabalho e colocação particular, e mantinha-se apartado de outros com quem rivalizava. (FREUD, 1921, p. 38)

2.4. EU VERSUS “IDEAL DO EU” NA MASSA

Ainda nesse texto e em relação a esse tema, Freud faz referência ao “ideal do Eu”, instância separada do Eu que gradualmente acolhe, das influências do meio, as exigências que colocará a ele e pode, mediante isso, gerar conflito. Suas funções são a auto-observação, a consciência moral, a censura onírica e, por afastar da consciência os impulsos que não se mostram compatíveis com os padrões do ideal do Eu, é a principal influência na repressão.

No curso do nosso desenvolvimento é realizada, durante a existência psíquica, uma separação entre um Eu coerente e uma parte reprimida inconsciente, sujeita a constantes abalos, como no sonho e na neurose quando essa parte excluída bate às portas guardadas pelas resistências, exigindo admissão. Também durante a vigília e em condições de saúde recorremos a artifícios para acolher apropriadamente em nosso Eu o reprimido, com controle das resistências e obtenção de algum prazer.

A separação do “ideal do Eu” frente ao Eu não é suportada por muito tempo e por isso necessita se desfazer temporariamente. “Com todas as renúncias e limitações impostas ao Eu, o periódico desrespeito das proibições constitui regra”

(FREUD, 1921, p.95). Como exemplo o autor faz referência às festas, classificando-as como excessos oferecidos pela lei.

Diante disso é oferecida uma fórmula relativa à constituição libidinal de uma massa primária (que tem um líder e não é organizada), justificando que sua origem está relacionada ao agrupamento de indivíduos que colocaram um objeto comum no lugar do próprio “ideal do Eu” e, conseqüentemente, identificaram-se uns com os outros em seu Eu. Ocorre também de o indivíduo renunciar ao seu “ideal do Eu”, trocando-o pelo ideal da massa, que pode ser corporificado no líder.

2.5. EQUILÍBRIO ENTRE EXIGÊNCIAS INDIVIDUAIS E GRUPAIS

No texto *O mal estar na civilização (1930)*, Freud define felicidade como a satisfação repentina de necessidades represadas sendo, portanto, causa de grande sofrimento que o mundo exterior recuse-se a saciar nossas carências. Diante disso, o ser humano se defenderia buscando dominar as fontes internas das necessidades.

Ele observa, como estratégia para agir sobre os impulsos e se livrar de uma parte do sofrer: liquidar os instintos, como praticam os iogues, sacrificando a vida e garantindo, apenas, a felicidade da quietude; governar os instintos, submetendo as instâncias psíquicas mais elevadas ao princípio da realidade, não abandonando assim completamente o propósito da satisfação e garantindo uma certa proteção contra o sofrer, uma vez que a não satisfação dos instintos subjugados é sentida menos dolorosamente em comparação com a insatisfação dos não inibidos - É verdade também que com isso ocorre uma diminuição na capacidade de gozo, já que a felicidade ao satisfazer um impulso instintual não domado pelo Eu é muito mais forte do que ao saciar um instinto domesticado.

Outra técnica para afastar o sofrimento se refere aos deslocamentos das metas da libido, permitidos pelo nosso aparelho psíquico: sublimação dos instintos trata-se dessa questão; a satisfação pela fantasia também se trata de um procedimento desse tipo, em que se afrouxa o vínculo com a realidade e a satisfação provém de ilusões que a pessoa reconhece como tais; mais radical é o recurso de romper todos os laços com a realidade tida como fonte de todo sofrimento e com a qual é impossível viver: um exemplo são os eremitas que dão as costas a este mundo.

Freud finaliza esse debate sobre a manipulação dos impulsos e alívio do sofrer descrevendo a estratégia de tentar refazer e construir um mundo no qual os aspectos mais intoleráveis sejam eliminados e substituídos por outros de acordo com os próprios desejos. Ele identifica essa ação em cada um de nós, enquadrando em tal recurso as religiões. Considera também uma orientação de vida aquela que possui o amor como centro, que espera toda satisfação do amar/ser amado e a felicidade buscada no gozo da beleza, onde quer que ela se mostre.

Percebe-se, portanto, que diante das três fontes de sofrimentos (a prepotência da natureza, a fragilidade do nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos), existe a crença na ideia de que, se não é possível eliminar todo o sofrer, pode-se abolir parte dele e suavizar outra. Porém com a fonte do sofrimento de origem social percebe-se a não compreensão de porque as instituições criadas por nós não trariam proteção e bem estar.

Um dos traços característicos da civilização é o modo como são reguladas as relações dos homens entre si, em que o elemento cultural se apresentaria como a primeira tentativa de regulamentar essas relações que, caso contrário, estariam à mercê da arbitrariedade do indivíduo, ou seja, o fisicamente mais forte as determinaria conforme seus interesses e instintos.

Diante disso, é estabelecido o poder da comunidade, uma maioria que é mais forte que qualquer indivíduo e se conserva diante de qualquer um. O “Direito”, estabelecimento do poder dessa comunidade em oposição do poder do indivíduo, é o passo cultural decisivo e sua essência está em que seus membros se limitem diante da possibilidade de gratificação e contribuam com o sacrifício de seus instintos.

Boa parte da batalha da humanidade estaria concentrada em buscar felicidade perante a conquista de um equilíbrio entre tais exigências individuais e aquelas do grupo, culturais; “é um dos problemas que concernem ao seu próprio destino, questão de se este equilíbrio é alcançável mediante uma determinada configuração cultural ou se o conflito é insolúvel.” (FREUD, 1930, p. 58)

A tendência a restringir a vida sexual é proporcional a de ampliar o âmbito da cultura. A primeira fase cultural, por exemplo, a do totemismo, relacionou-se com a

proibição da escolha incestuosa de objeto. Por meio de tabus, leis e costumes, foram produzidas mais restrições.

Nesse sentido a cultura segue a coação da necessidade econômica, uma vez que necessita subtrair à sexualidade um grande montante de energia psíquica que despende. Comporta-se então, em relação à sexualidade, como uma camada da população que submeteu outra à sua exploração. O temor de uma revolta dos oprimidos leva a rigorosas medidas de precaução.

A exigência de uma vida sexual uniforme para todos, por exemplo, ignora desigualdades na constituição sexual inata e adquirida dos seres humanos, priva um grande número deles do prazer sexual e se torna, com isso, a fonte de grave injustiça. A vida sexual do homem civilizado mostra-se então gravemente prejudicada.

O conhecimento psicanalítico mostrou que são essas frustrações da vida sexual que os indivíduos denominados neuróticos não suportam. Eles criam, por meio de sintomas, gratificações substitutivas que acabam por se tornarem sofrimento ou fonte de sofrimento ao gerarem dificuldades com o ambiente e a sociedade.

Com essas ideias é possível ver nesse texto a mesma preocupação com o processo civilizatório já apresentado em *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908).

2.6. PULSÃO DE MORTE, REPRESSÃO DOS INSTINTOS E CONSCIÊNCIA DE CULPA

No capítulo cinco da obra *O mal estar na civilização* (1930), Freud introduz a hipótese da pulsão de morte no domínio da cultura e da civilização, o que já havia levado o psicanalista a construir a segunda tópica e transformar o papel desempenhado pelo Eu no conflito entre as instâncias. Tal aspecto o teria influenciado na análise do campo social, que é visto como um cenário privilegiado da luta entre a pulsão de morte e de vida. “Esta fantasia, surgida da ‘especulação’, torna-se então um princípio ordenador da gênese, do funcionamento e da destruição da civilização” (ENRIQUEZ, 1990, p. 99)

O psicanalista inicia essa discussão a partir da ideia de que o ser humano tem instintos agressivos que a civilização busca constantemente conter sob a justificativa de evitar sua desintegração. Ele afirma que a civilização espera prevenir os excessos mais grosseiros da violência, autorizando-se a praticar violência contra os infratores. Porém, esse empenho não alcançou muito até agora, pois a lei não tem como abarcar as expressões mais cautelosas e sutis da agressividade humana.

Freud diz que não é fácil para os homens renunciarem à gratificação de seu pendor à agressividade, diante disso é comum observar formações de grupos culturais menores que permitem a esse instinto um escape, hostilizando os que não pertencem a eles. “Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade.” (FREUD, 1930, p.81)

A cultura então não impõe sacrifícios apenas à sexualidade, mas também ao pendor agressivo do homem. Considera-se a vantagem do homem primitivo em relação a essas questões, pois não conhecia restrições aos instintos, mas em compensação não vivia por muito tempo devido aos riscos constantes a que estava exposto. Conclui-se então que o homem civilizado trocou a felicidade plena por mais segurança e, como consequência disso, há dificuldades inerentes à cultura que não cederão às tentativas de reformas.

Com o desenvolvimento do texto o autor questiona os meios utilizados pela cultura para inibir, tornar inofensiva e até eliminar a agressividade que a defronta. Ele destaca como método mais importante o ato de introjetá-la e internalizá-la, mandando-a de volta para o lugar de onde veio: o próprio Eu. Assim ela é acolhida pelo Super-eu, instância do Eu que, como consciência, se contrapõe ao resto e dispõe a exercer contra o Eu a mesma severa agressividade que o Eu gostaria de satisfazer em outros indivíduos.

Freud denomina “consciência de culpa” essa relação entre o rigoroso Super-eu e o Eu a ele submetido, que se manifesta como uma necessidade de punição. É a forma com que a civilização controla o prazer em agredir que o indivíduo tem e o mantém vigiado por uma instância no seu interior que o enfraquece e desarma.

A pessoa se sente culpada quando fez (ou deseja fazer) algo que é reconhecido como “mau” e com frequência não se trata de algo nocivo ou perigoso

para o Eu, mas, pelo contrário, algo que se deseja e traz prazer. Fica nítido, então, a influência alheia, que determina o que será tido por bom ou mau.

Portanto, inicialmente, a renúncia ao instinto é resultado do medo à autoridade externa, para não perder o seu amor. Nesse cenário, a não satisfação do desejo não deveria restar sentimento de culpa, diferente do que ocorre com o medo ante o Super-eu. Apesar de também não existir a satisfação, o desejo persiste e não pode ser escondido do Super-eu. A repressão instintual já não tem, então, efeito completamente libertador e o infortúnio que ameaçava a partir de fora (perda do amor e castigo da autoridade externa) é trocado por infelicidade e tensão da consciência de culpa.

Essas renúncias tornam-se uma fonte dinâmica da consciência e toda nova renúncia aumenta o rigor desta. Portanto, a renúncia instintual, a nós imposta do exterior, cria a consciência, que então exige mais renúncia. Esse efeito da renúncia instintual sobre a consciência é equivalente ao ocorrido com a agressividade, por exemplo. Toda parcela de agressividade não satisfeita é acolhida pelo Super-eu e aumenta a agressividade deste ante o Eu.

Diante disso, o psicanalista considera que quanto mais virtuoso é um indivíduo, mais severa e desconfiadamente ele se comporta, trazendo de inédito nesse segundo estágio de desenvolvimento, em relação ao primeiro, o fato da virtude perder algo da recompensa que lhe foi prometida.

(...) a consciência mais rigorosa e vigilante é justamente o traço característico do ser moral, e, quando os santos se dizem pecadores, não é sem razão que o fazem, em vista das tentações para satisfazer o instinto a que se acham expostos em medida especialmente elevada – pois é sabido que a frustração contínua só faz crescerem as tentações, ao passo que elas diminuem ao menos temporariamente com a satisfação ocasional. (FREUD, 1930, p. 96)

Ele apresentou então duas origens para o sentimento de culpa: o medo da autoridade e o medo ante o Super-eu. O primeiro obriga a renúncia das satisfações instintuais e o segundo leva ao castigo, dado que não é possível esconder do Super-eu a ocorrência e continuação dos desejos proibidos. Tratou também da extensão da severidade do Super-eu: dá-se continuidade ao rigor da severidade externa, a

que ele sucedeu e que em parte substitui. Fica claro assim a relação entre a renúncia ao instinto e o sentimento de culpa.

Tal assunto é finalizado com a exposição de um modelo filogenético para complementar a origem da consciência. Assim como havia feito em *Totem e Tabu* (1913), Freud reafirma a hipótese de que o sentimento de culpa da humanidade é resultado do complexo de Édipo, adquirido por meio do assassinato do pai da horda pelo bando de irmãos, quando a agressividade não foi suprimida, mas sim levada a efeito.

Freud identificou por trás desse sentimento de culpa original a ambivalência afetiva perante o pai: os filhos o odiavam, mas também o amavam.

Depois que o ódio se satisfaz com a agressão, veio à frente o amor, no arrependimento pelo ato, e instituiu o Super-eu por identificação com o pai, deu-lhe o poder do pai, como que por castigo pelo ato de agressão contra ele cometido, criou as restrições que deveriam impedir uma repetição do ato. E como o pendor agressivo contra o pai se repetiu nas gerações seguintes, também o sentimento de culpa persistiu e fortaleceu-se de novo com cada agressão suprimida e transferida para o Super-eu. (FREUD, 1930, p. 104)

No capítulo final desse trabalho, o sentimento de culpa é relacionado com a nossa consciência e faz referência aos neuróticos obsessivos, em que o sentimento de culpa se impõe ostensivamente à consciência, dominando o quadro patológico e a vida dos doentes. Alguns deles percebem esse sentimento de culpa, ou o sentem como um doloroso mal-estar/angústia, apenas quando não podem executar determinadas ações. Na maioria dos outros casos e formas de neurose, porém, ele permanece inconsciente, mas nem por isso apresenta efeitos menores, já que se refere a uma inconsciente necessidade de castigo, no qual se manifesta.

O autor classifica então o sentimento de culpa como uma variedade topográfica da angústia, e em suas fases posteriores coincide com o medo ao Super-eu. A angústia estaria por trás de todo sintoma, vezes reivindicando para si a consciência, outras se ocultando e obrigando a considerar a ideia de angustia inconsciente ou possibilidade de angustia. Com isso concebe que a consciência de culpa produzida pela cultura permaneça inconsciente ou surja como uma insatisfação para a qual se busca outras motivações.

O Super-eu, pela severidade dos seus mandamentos e proibições, está pouco preocupado com a felicidade do Eu e não leva em conta as resistências ao cumprimento deles, a força instintual do Id e as dificuldades do ambiente. A intervenção terapêutica então tem, frequentemente, o objetivo de combater o Super-eu e baixar suas exigências.

Faz-se então uma relação entre a evolução cultural e individual. Para o autor, tendo em vista a semelhança dos fins (a integração de um indivíduo num grupo humano e a criação de uma unidade coletiva a partir de muitos indivíduos), ambas trabalham com os mesmos recursos, caracterizando assim um mesmo processo realizado em objetos diferentes.

Freud destaca, porém, um traço diferenciador: no processo de desenvolvimento do indivíduo, a principal meta do programa do princípio do prazer, encontrar a felicidade, é preservada. Já a integração ou adaptação a uma comunidade aparece como uma condição impossível de se evitar para alcançar essa meta da felicidade. Assim, o desenvolvimento individual é apresentado como produto da interferência de duas tendências: a aspiração à felicidade, egoísta, e a aspiração à união com outros na comunidade, altruísta.

Esse aspecto é diferente no processo cultural cujo objetivo principal é criar uma unidade a partir dos indivíduos, ficando a meta da felicidade impelida para segundo plano. Desse modo, as duas tendências, a felicidade individual e união com outros seres, devem lutar uma com a outra no interior de cada indivíduo e esses dois processos, individual e cultural, defrontam-se e disputam um ao outro o terreno.

É importante considerar que o psicanalista constatou o fato da comunidade formar também um Super-eu que influencia a evolução cultural, com uma origem semelhante ao de um indivíduo, baseada na impressão que grandes personalidades ou líderes deixaram e, assim como o do indivíduo, institui severas exigências ideais, cujo não cumprimento é punido por meio da “angústia de consciência”.

O Super-eu da cultura então desenvolveu seus ideais e elevou suas exigências. Para tentar combater o maior obstáculo à cultura e interferir no seu ponto reconhecido como o mais frágil, o pendor constitucional dos homens para a agressão mútua, foi estabelecida a “Ética”.

Porém, assim como ocorre no processo individual, as reivindicações éticas do Super-eu cultural também não se preocupam o suficiente com aspectos da constituição psíquica do ser humano. Emitem ordens e não levam em conta as possibilidades, ou não, delas serem cumpridas. Supõem ser possível psicologicamente para o Eu do ser humano tudo aquilo que o incubem, pressupondo um domínio irrestrito sobre o Id. Freud ressalta o engano por trás dessa ideia e constata que o controle do Id não pode ir além de certos limites; exigindo-se mais, produz-se no indivíduo rebelião, neurose ou infelicidade.

CAPÍTULO 3 - CATEGORIA 2: FATORES QUE SUSTENTAM OS LAÇOS SOCIAIS

A discussão dessa categoria se relaciona diretamente com os conteúdos discutidos anteriormente, uma vez que, conforme consta na obra *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908), em termos bem gerais “nossa civilização está baseada na repressão dos instintos.” (FREUD, 1908, p.368).

Para Freud, em favor da vida em comum, cada indivíduo renuncia uma parcela de seus instintos agressivos e libidinais, de cuja organização originou o patrimônio cultural comum de bens materiais e ideias.

Na obra *Totem e Tabu* (1913), Freud afirmou que nas sociedades primitivas há apenas um vínculo que une incondicionalmente e sem exceção: o da comunidade de clã. Seus membros responderiam solidariamente uns pelos outros e suas vidas estão tão ligadas que podem ser vistas como partes de uma vida conjunta.

Em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) o trabalho é iniciado com a consideração da impossibilidade de se estabelecer uma oposição entre a psicologia individual e social. Embora a primeira se dirija ao ser humano em particular, ele é tratado como um ser individual membro de uma tribo, povo, casta, classe, instituição, ou de um aglomerado que se organiza como massa em determinado momento, para um certo fim.

3.1. LAÇOS LIBIDINAIS

Essa tese de psicologia coletiva é bem conhecida: o que mantém unidos todos os indivíduos de um grupo, de uma multidão ou de organizações estáveis como a Igreja ou o Exército são laços de natureza libidinal, redutíveis finalmente a uma sexualidade sublimada, sem por isso atuarem com menos energia. (MEZAN, 1985)

Em Freud (1921) a “libido” foi traduzida como uma expressão proveniente da teoria da afetividade, sendo uma energia, tomada como grandeza quantitativa, dos instintos relacionados a tudo aquilo que pode ser abrangido pela palavra “amor”. Para o autor, além de designar o amor entre os sexos para fins de união sexual, trata-se também do amor a si mesmo, o amor aos pais e filhos, a amizade e o amor

aos seres humanos em geral, assim como a dedicação a objetos concretos e ideias abstratas.

Conforme os estudos psicanalíticos, todas as tendências acima citadas seriam expressões dos mesmos impulsos instintuais que nas relações entre os sexos incitam à união sexual, e que em determinadas situações são distanciados dessa meta sexual ou impedidos de concretizá-la, mas que conservam muitos fatores da sua natureza original, o suficiente para manter sua identidade reconhecível.

Os impulsos sexuais inibidos na meta são capazes de criar laços duradouros entre as pessoas, pois não experimentam plena satisfação, diferente dos impulsos sexuais não inibidos que diminuem mediante descarga, toda vez que atingem a sua meta. O amor sensual está fadado a se extinguir e para poder durar é preciso que esteja mesclado com componentes afetuosos, ou seja, inibidos em sua meta.

Não é possível desconsiderar também a ideia de que quase toda relação sentimental íntima e prolongada, como casamento, amizade ou vínculo entre pais e filhos, ou também quando pessoas se juntam em unidades maiores, contenham traços de afetos aversivos e de hostilidade, que por estarem reprimidos não são percebidos.

Quando a hostilidade é direcionada a pessoas normalmente amadas, denomina-se ambivalência afetiva e é racionalmente explicada pelas muitas ocasiões para conflitos de interesses que surgem precisamente nas relações íntimas. Nas aversões não camufladas a estranhos que se encontram próximos, é possível reconhecer um narcisismo operando na afirmação de si. Esses fatores manifestam prontidão ao ódio e agressividade, cuja procedência o psicanalista julga desconhecer.

Porém, Freud constata que enquanto se mantém a formação de massa, os indivíduos se comportam como se fossem homogêneos, respeitam a especificidade do outro, igualam-se e não sentem repulsas. Conforme já discutido, essa limitação do narcisismo pode ser produzida apenas pela ligação libidinal a outras pessoas, uma vez que o amor a si só encontra limite no amor ao outro, ou aos objetos.

Sem essa contribuição libidinal, a comunidade de interesses não é capaz de levar necessariamente à tolerância ou a consideração pelo outro, já que dessa

maneira a limitação permanente do narcisismo perdurará apenas até que se aproveite da vantagem imediata que se tira da colaboração alheia.

3.2. IDENTIFICAÇÃO

O autor dedicou um capítulo do texto *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) para tratar de identificação, descrita como um processo pelo qual um ou mais traços de outro indivíduo é assimilado pelo sujeito, integrando-os ao seu Eu e se modificando para alcançar o objetivo de configurar o próprio Eu à semelhança daquele tido como modelo.

A identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto e por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetal libidinosa, como que por meio da introjeção do objeto ao eu. Ela pode surgir a partir de qualquer nova percepção de se ter algo em comum com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais.

A ligação recíproca dos indivíduos da massa e com o líder seria da natureza dessa identificação através de algo afetivo importante em comum e quanto mais significativo ele for, mais bem sucedida ela será, correspondendo assim ao início de uma nova ligação.

Foi discutida também a ideia apresentada por W. Trotter de que seria o instinto gregário aceito como primário, assim como o de autoconservação e o sexual. Esse autor colocou no âmago de seu interesse os agrupamentos mais universais em que se insere o ser humano, esse animal político, e indicou seus funcionamentos psicológicos relacionados à identificação dos indivíduos uns com os outros.

Freud, no entanto, contradiz tais ideias por entender que elas não levam suficientemente em conta o papel do líder numa massa, e ele acredita que a massa seja de natureza incompreensível se o líder for negligenciado. “O instinto gregário não deixa lugar para o líder; este se acrescenta casualmente ao rebanho, e ligado a isso temos que nenhum caminho leva desse instinto à necessidade de um deus; falta o pastor para o rebanho.” (FREUD, 1921, p. 80)

Para o psicanalista os indivíduos de uma massa querem ser iguais entre si, mas querem ser dominados por um só, identificando-se uns com os outros, e um

único, superior a todos eles. Assim, o homem não seria para ele um animal de rebanho, como afirmou Trotter, mas sim um animal de horda, conduzida por um chefe.

3.3. CIVILIZAÇÃO E “FRUSTAÇÃO CULTURAL”

Na obra *O mal estar na civilização* (1930), ao afirmar que nossas possibilidades de felicidade são restringidas por nossa constituição, Freud explica que o sofrer nos ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, fadado ao declínio e dissolução; do mundo externo e, principalmente, das relações com outros seres humanos, sofrimento que experimentamos talvez mais dolorosamente que qualquer outro, segundo ele.

Civilização é traduzida como a soma das realizações e instituições que nos afastam da vida de nossos antepassados animais e servem para dois fins: a proteção do homem ante a natureza e a regulação dos vínculos dos homens entre si. É constituída sobre a renúncia instintual e pressupõe sua não satisfação.

Essa “frustração cultural” está presente, portanto, no âmbito dos vínculos sociais entre os homens e seria a causa da hostilidade que todas as culturas têm de combater. A privação da satisfação de um instinto tem seus perigos e se não for compensada economicamente, podem gerar graves distúrbios.

Para saber que valor pode reivindicar nossa concepção do desenvolvimento cultural como um processo peculiar, semelhante à maturação normal do indivíduo, Freud questionou as influências relacionadas à origem da evolução cultural, identificando o hábito de constituir família na pré-história antropóide, em que seus membros foram os primeiros a ajudarem uns aos outros. Após o homem primitivo perceber que poderia melhorar sua sorte por meio do trabalho, não ficou indiferente ante a possibilidade de alguém trabalhar com ele, fazendo do outro um colaborador, com o qual seria útil viver.

O autor supôs também que a formação de famílias se relacionou ao fato de a necessidade de satisfação genital não se apresentar mais repentinamente e esporadicamente, mas se estabelecer, tendo então o macho uma razão para conservar uma mulher junto a si ou, de modo mais geral, os objetos sexuais; afirma

também que para as fêmeas tal configuração era favorável, uma vez que não queriam separar-se de seus filhotes desamparados e, para isso, mantinham-se junto ao macho forte.

Anteriormente, no texto *Totem e Tabu* (1913), foi ilustrado o caminho que essa família, com a presença de um pai e chefe arbitrário, passou ao estágio seguinte da vida em comum: os bandos de irmãos. A cultura totêmica baseou-se em restrições impostas uns aos outros para preservar um novo formato de convivência e assim um número grande de pessoas pôde viver em comunidade. “A vitória sobre o pai havia ensinado aos filhos que uma associação pode ser mais forte que o indivíduo” (FREUD, 1930, p. 62)

Posteriormente, em Freud (1930), o amor é descrito como um fundamento da cultura. Chamou-se de amor a relação entre homem e mulher, que fundam uma família tendo por base suas necessidades genitais. Diante de tal descrição, afirma que esse sentimento que fundou a família continua ativo na civilização, tanto originalmente, em que não se renuncia à satisfação sexual direta, como em sua modificação, a ternura inibida na meta. Seria também denominado amor, portanto, sentimentos positivos entre pais e filhos ou entre irmãos.

O amor inibido na meta foi então, na sua origem, plenamente sensual, e assim permanece no inconsciente humano. Ambos, amor plenamente sensual e amor inibido na meta, vão além da família e estabelecem novas relações com pessoas antes desconhecidas.

A realidade mostra que a civilização quer unir libidinalmente também os membros da comunidade, contrariando as uniões que até o momento lhe foram permitidas, valendo-se de todos os meios e caminhos para estabelecer fortes identificações entre eles com a mobilização em grau máximo de libido inibida na meta para fortalecer os vínculos comunitários através das relações de amizade. Para isso é inevitável a limitação da vida sexual.

Freud exemplifica essa intenção com uma das chamadas exigências ideais da sociedade civilizada: “Ama teu próximo como a ti mesmo”. O autor faz então uma reflexão com relação à impossibilidade dela ser cumprida, uma vez que dificilmente se ama alguém que é desconhecido e não pode te atrair por nenhum valor próprio ou significação que tenha adquirido na própria vida emocional. O amor a outrem é

possível quando ele possui importantes aspectos semelhantes a mim que posso amar a mim mesmo nele, ou se o outro é tão mais perfeito do que eu que posso amar nele o meu ideal de mim.

Mas se devo amá-lo com esse amor universal, apenas porque também vive nessa Terra, como um inseto, uma minhoca, uma serpente, então receio que uma parte mínima de amor lhe caberá – sem dúvida alguma menos do que, pelo julgamento da razão, estou autorizado a guardar para mim mesmo. (FREUD, 1930, p. 74)

Depois dessa discussão, ele acrescenta a ideia de que o ser humano possui, entre seus dotes instintuais, uma forte agressividade. Em consequência disso, o próximo não se trata apenas de um colaborador ou objeto sexual, mas também um alvo para satisfazer essa tendência à agressão.

Freud diz que em circunstância favoráveis, quando se encontram ausentes as forças psíquicas que normalmente a inibem, essa agressividade se expressa de modo espontâneo e revela que o ser humano não poupa os de sua própria espécie. Ele cita como exemplos, dentre outros, as invasões mongóis, a conquista de Jerusalém e a Primeira Guerra Mundial, encerrada anos antes ao texto ser escrito.

A existência desse pendor a agressão é o fator que altera nossa relação com o próximo e leva a civilização a proteger-se da permanente ameaça de desintegração, uma vez que apenas o interesse do trabalho em comum não seria suficiente para mantê-la, pois paixões movidas por instintos são mais fortes do que interesses ditados pela razão.

A civilização tem de recorrer então a tudo que coloque limites aos instintos agressivos do homem, para então manter sob controle suas manifestações, por meio de formações psíquicas reativas. Daí, portanto, a utilização de métodos para instigar as pessoas a estabelecerem identificações e relações amorosas inibidas em sua meta, as restrições à vida sexual e também o mandamento ideal de amar o próximo como a si mesmo, que seria o oposto da natureza humana original.

Como o próprio sentir não teria levado o ser humano pelo mesmo caminho, existe outro determinante motivo que faz com que o homem abra mão de obter prazer por meio da satisfação desses instintos: o medo da perda do amor ou medo “social”. Se perder o amor do outro, do qual é dependente, fica também desprotegido diante de perigos diversos, sobretudo os castigos.

Portanto, inicialmente o mal é aquilo devido ao qual alguém é ameaçado com a perda do amor; por medo dessa perda é preciso evitá-lo. Também por causa disso não importa se já fizemos o mal ou se ainda o faremos; em ambos os casos, o perigo só aparece quando a autoridade descobre a coisa, e ela se comportaria do mesmo modo nos dois. (FREUD, 1930, p.94)

O autor também, ao identificar uma origem filogenética para o sentimento de culpa por meio do assassinato do pai da horda primeva, deixa clara a ideia de que o amor fez parte da gênese da consciência e traduz o sentimento de culpa como algo inevitável por ser expressão do conflito de ambivalência, da eterna disputa entre Eros e o instinto de destruição ou de morte, atizado quando os seres humanos defrontam a tarefa de viver juntos.

Enquanto essa convivência em comunidade ocorre apenas na família, manifesta-se o complexo de Édipo, institui-se a consciência e cria-se o primeiro sentimento de culpa. Na ampliação dessa comunidade, o mesmo conflito prossegue em formas relacionadas ao passado, fica mais forte e resulta numa intensificação do sentimento de culpa.

CAPÍTULO 4 - CATEGORIA 3: RELIGIÃO

4.1. ORIGEM

Na obra *Totem e Tabu* (1913), Freud dedica um capítulo para tratar a questão do animismo, doutrina dos espíritos em geral. Os povos primitivos povoaram o mundo com inúmeros seres espirituais que lhe eram benéficos ou malignos e atribuíram a esses espíritos e demônios as causas dos processos naturais, com a crença de que, não apenas as pessoas, animais e plantas, mas também as coisas inanimadas eram animadas por eles.

Segundo o autor, no decorrer dos tempos a humanidade construiu três grandes visões de mundo: a animista (mitológica), a religiosa e a científica. Para ele, o animismo em si não é ainda uma religião, mas possui as premissas que depois se constroem as religiões. Trata-se de um sistema de pensamento que não só explica um fenômeno particular, mas permite compreender o mundo como unidade, a partir de um ponto.

A partir disso, o psicanalista descarta a ideia de que tal sistema cosmológico tenha sido criado pelos homens por ânsia especulativa de saber, mas a atribui à necessidade prática de sujeitar o mundo, com instruções práticas de como proceder para se assenhorar das almas de homens, animais e coisas. Para isso, utilizavam como técnica os feitiços e magias.

Freud deduz que os motivos que estimularam o uso da magia estão relacionados aos desejos humanos. Ele supõe que o homem primitivo tem uma enorme confiança no poder dos seus desejos e acredita que tudo o que ele realiza por meio mágico deve acontecer apenas porque ele o deseja. O princípio diretor da magia é o da “onipotência dos pensamentos”, que se refere à superestimação dos processos psíquicos em relação à realidade.

Em relação ao curso das concepções de mundo citadas acima, é possível também acompanhar as vicissitudes da “onipotência dos pensamentos” por meio desses estágios. Na fase animista, como já desenvolvido, o homem atribui a si mesmo essa onipotência; na religiosa, ele a cede aos deuses, sem, no entanto, abandoná-la de fato, pois possui a capacidade de influir sobre aos deuses de

diversas maneiras; na concepção científica, segundo o autor, não há mais lugar para a onipotência do homem, que reconhece sua pequenez e submete-se à morte e outras necessidades naturais, ainda que a confiança no poder do espírito humano retenha algo da primitiva fé na onipotência.

O autor, no entanto, não atribui a algo tão complexo, quanto à religião, uma origem única. Ele faz referência também, para comprovar isso, ao totemismo, sistema que, em determinados povos primitivos da Austrália, Américas e África, possui o papel de uma religião, percebido nas relações de respeito entre um homem e seu totem, e oferece a base de toda organização social.

A religião totêmica apresenta características que foram determinantes para a natureza das religiões. Ela se desenvolveu a partir da consciência de culpa dos filhos que, diante da impossibilidade de satisfazer seus desejos sexuais e de poder, mataram o pai. Diante da sensibilidade dos filhos, o animal totêmico pareceu o substituto óbvio e natural do pai e o tratamento que se sentiram obrigados a lhe dedicar exprimia mais do que a necessidade de demonstrar arrependimento, tratava-se de uma tentativa de acalmar esse sentimento e apaziguar o pai ofendido, por meio da obediência.

Todas as religiões subseqüentes mostram-se como tentativas de solução do mesmo problema, que variam conforme o estágio cultural em que são empreendidas e os caminhos que tomam, mas são todas reações, partilhando uma só meta, ao mesmo grande evento, com que teve início a cultura e que, desde então, não permitiu que a humanidade sossegasse. (FREUD, 1913, p. 221)

Freud conclui que a ambivalência intrínseca ao complexo paterno continua no totemismo e nas religiões em geral, que não apenas compreendem as manifestações de arrependimento e as tentativas de conciliação, mas serve também a lembrança do triunfo sobre o pai.

Dentro desse cenário, sem se ter claro a origem, surge a ideia de deus, sujeitando a si toda a vida religiosa. Porém o exame psicanalítico, segundo o autor, mostra que para cada pessoa deus é modelado no pai carnal, que oscila e se transforma conforme essa relação. Deus então nada mais seria, para Freud, que o pai elevado.

Ele considera também que Deus é o animal totêmico desenvolvido num estágio posterior do sentimento religioso e destaca que o totem nada mais seria do que a primeira forma de sucedâneo do pai, enquanto Deus, uma posterior, em que o pai readquire sua configuração humana.

4.2. RELIGIÃO COMO DERIVAÇÃO DO DESAMPARO INFANTIL

Em *O mal estar na civilização* (1930) Freud inicia o seu texto abordando o tema Religião. Faz referência às cartas trocadas com Romain Rolland, em que debate, após ter classificado a religião como ilusão, a resposta de seu correspondente quando afirmou a existência da denominada “sensação de eternidade”: sentimento de algo ilimitado, sem fronteiras, “oceânico”, de vinculação e comunhão com todo o mundo exterior, tido como fonte da própria religiosidade.

Após afirmar nunca ter experimentado esse sentimento e não concordar com a ideia da aquisição, pelo homem, de uma noção de seu vínculo com o mundo por um sentimento imediato, apresentou uma explicação psicanalítica para o mesmo, na busca de identificar se a existência do “sentimento oceânico” é de modo correto interpretado como fonte e origem de todas as necessidades religiosas.

O autor concluiu então que esse sentimento é vestígio da época em que, quando bebê, existia uma íntima ligação do Eu com o mundo entorno, até chegar-se, por meio das inevitáveis sensações de desprazer e dor, ao “procedimento que permite, pela orientação intencional da atividade dos sentidos e ação muscular apropriada, distinguir entre o que é interior – pertencente ao eu – e o que é exterior – oriundo de um mundo externo...” (FREUD, 1930, p. 19)

Esse primário sentimento do Eu teria sido conservado, em maior ou menor grau, na vida psíquica de muitos homens e, ao lado do nitidamente limitado sentimento do Eu da época madura, estaria presente como uma espécie de contraparte dele, com a ideia de ausência de limites e ligação com o todo, típico do “sentimento oceânico”.

Diante de tais constatações, ele deduz que a religião tenha se vinculado ao sentimento oceânico posteriormente e defende que as necessidades religiosas são, mais provavelmente, derivações do desamparo infantil e da nostalgia do pai

despertada por ele, oriundo da forte necessidade infantil de proteção paterna. Essa sensação de vinculação com o universo seria uma tentativa de consolação religiosa na busca de negar o perigo que o Eu percebe a ameaçá-lo do mundo exterior.

O psicanalista considera então a religião como um sistema de doutrinas e promessas criado para esclarecer os enigmas do mundo e garantir compensações para eventuais frustrações dessa vida em outra existência. Tudo isso oriundo de um pai grandiosamente elevado que conhece as necessidades humanas, cede a seus rogos e apazigua os arrependimentos.

Freud analisa isso como algo infantil e alheio à realidade, o que torna a religião, para ele, algo insustentável, lamentando a própria suposição de que a maioria das pessoas nunca se porá acima desta concepção de vida.

De forma claramente pessimista, o autor afirma que a vida é muito difícil por trazer dores, decepções e tarefas insolúveis, sendo indispensáveis, portanto, para suportá-la, alguns paliativos como “poderosas diversões”, que nos permite fazer pouco da nossa miséria, “gratificações substitutivas”, com ilusões ante a realidade que, por meio do papel que tem a fantasia da vida mental, são eficazes psiquicamente e diminuem nossa miséria, e “substâncias inebriantes”, que mudam a química do corpo, influem sobre ele e nos tornam insensíveis a nossa miséria.

Ele não consegue, dentro desse cenário, identificar um lugar para a religião como paliativo. Lança seu olhar então para a questão da finalidade da vida e conclui que a ideia de uma finalidade na vida existe em função do sistema religioso. Revela posteriormente que a intenção de vida dos homens é a felicidade, retratada pela ausência de dor e vivência de fortes prazeres, ou seja, o programa do princípio do prazer. Para ele, tal meta é inexecutável e entende que quando uma situação desejada pelo princípio do prazer é alcançada, experimentamos apenas um morno bem-estar e “aquilo que chamamos ‘felicidade’, no sentido mais estrito, vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas, e por sua natureza é possível apenas como fenômeno episódico” (FREUD, 1930, p. 31)

Quando, no texto, discute métodos pelos quais os homens se esforçam para agir sobre os impulsos e manter à distância o sofrer, Freud descreve um recurso no qual se busca refazer o mundo eliminando aspectos intoleráveis e substituindo por outros conformes aos próprios desejos. Classifica então a religião com um tipo de

delírio de massa em que um número de pessoas empreende juntas a tentativa de garantir a felicidade e proteger-se do sofrimento por meio de uma fantasiosa modificação da realidade.

Considerando que a felicidade, no sentido moderado em que é admitida como possível, trata-se de um problema da economia libidinal do indivíduo, ele afirma que cada um tem que descobrir a sua maneira particular de ser feliz e nesse sentido a religião atrapalharia esse jogo de escolha e adaptação, uma vez que impõe igualmente a todos um caminho para conseguir felicidade e proteger-se do sofrimento:

Sua técnica consiste em rebaixar o valor da vida e deformar delirantemente a imagem do mundo real, o que tem por pressuposto a intimidação da inteligência. A este preço, pela veemente fixação de um infantilismo psíquico e inserção num delírio de massa, a religião consegue poupar a muitos homens a neurose individual. Mas pouco mais que isso. Existem, como dissemos, muitos caminhos que podem levar à felicidade, tal como é acessível ao ser humano, mas nenhum que a ela conduza seguramente. Tampouco a religião pode manter sua promessa (...)
(FREUD, 1930, p. 42)

Freud considerou também que a religião não desconheceu jamais o papel do sentimento de culpa na cultura e impõe como objetivo libertar-se dele, o que chamam de pecado. No Cristianismo, por exemplo, essa redenção é a partir da morte em sacrifício de um indivíduo que toma pra si a culpa comum a todos.

Em *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908), a religião, exorcizando e condenando como pecaminosos os impulsos sexuais, é apresentada pelo autor como a instituição ideal para o intento da constituição de uma moral cultural, uma vez que estimula o oferecimento, como sacrifício à divindade, a parcela de satisfação instintual renunciada, utilizando como estratégia sancionar como sagrada cada nova aquisição do processo repressivo.

Assim, aquele que não consegue reprimir seus impulsos, em decorrência de uma constituição inflexível, torna-se um criminoso, fora da lei. Uma exceção só ocorre quando sua posição social ou suas capacidades extraordinárias lhe permitam se impor como um grande homem.

No escrito *Psicologia das massas e análise do eu* (1921), o psicanalista considera o vínculo estabelecido entre indivíduos de uma massa religiosa. No entanto, diz ele, toda religião é de amor para aqueles que a abraçam e apresentam pendor à crueldade e à intolerância para com os não seguidores.

CAPÍTULO 5 - CATEGORIA 4: INTERMEDIÇÃO SIMBÓLICA

5.1. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO LUGAR DO PAI

Na obra *Totem e Tabu* (1913), Freud, após estudar diversos autores que investigaram o assunto, concluiu que o sistema totêmico resultou das condições do Complexo de Édipo. Para ele, na fórmula do totemismo, o totem estaria no lugar do pai e traria, com isso, dois pontos de contato principais: a completa identificação com o animal totêmico e a atitude emocional ambivalente em relação a ele.

Constatou, com isso, que o teor dos dois principais fundamentos do totemismo – não matar o totem e não ter relações sexuais com uma mulher do totem – coincide com os dois crimes de Édipo, que matou seu pai e casou-se com sua mãe. Coincidiria também com os dois desejos primordiais de uma criança, dos quais a repressão insuficiente ou um redespertar forma o núcleo de psiconeuroses.

Ele então se refere ao que chamou de explicação “histórica” de Charles Darwin para elucidar a gênese do horror ao incesto. Conforme Darwin, fazendo dedução a partir dos hábitos de vida dos macacos superiores, o homem originalmente viveu em pequenas hordas, dentro das quais o macho mais velho e mais forte possuía tantas esposas quantas podia obter e, ciumentamente, guardou-as dos outros homens.

Diante disso, o psicanalista supôs que o bando de irmãos tinha, em relação ao pai, os mesmos sentimentos contraditórios que são identificáveis no conteúdo do complexo paterno das crianças e dos neuróticos. Eles odiavam o pai, que representava obstáculo as suas necessidades de poder e reivindicações sexuais, mas também o amavam e admiravam.

Dentro desse cenário, eles mataram o pai e, ao mesmo tempo em que satisfizeram seu ódio, os impulsos afetuosos, até então subjugados, impuseram-se na forma de arrependimento e consciência de culpa, sentidos em comum. Assim o morto se tornou mais forte do que havia sido vivo e tudo aquilo que antes ele impedira com sua existência, o bando de irmãos proibiram a si mesmos, na situação psíquica chamada de “obediência a *posteriori*”.

Eles revogaram seu ato, declarando ser proibido o assassinio do substituto do pai, o totem, e renunciaram à consequência dele, privando-se das mulheres então

liberadas. A partir da consciência de culpa dos filhos, criaram os dois tabus fundamentais do totemismo, com que tem início a moralidade, e concordam com os dois desejos reprimidos do complexo de Édipo.

Assegurando a vida uns dos outros, os irmãos passaram então a defender que nenhum deles poderia ser tratado como o pai foi. Os sentimentos sociais de fraternidade passam a manter por longos períodos uma grande influência no desenvolvimento da sociedade.

À proibição de matar o totem, de fundamento religioso, junta-se a proibição de matar um irmão, de fundamento social. Ainda passará muito tempo até que o mandamento deixe de ser limitado aos membros do clã e adote a simples forma que diz: “Não matarás”. (FREUD, 1913, P. 223)

O autor conclui, a partir desse estudo, que a sociedade então repousa na culpa comum pelo crime cometido, a religião na consciência de culpa ou no arrependimento e a moralidade, tanto nas exigências dessa sociedade, quanto nas penitências requeridas pela consciência de culpa.

A situação criada a partir do assassinato gerou uma grande ânsia pelo pai, pois ninguém mais podia ou era capaz de alcançar a plenitude de seu poder, o que todos haviam desejado. Após um longo período de tempo, abrandou-se a irritação contra o pai, que estimulou o ato, e o anseio por ele pôde aumentar, tornando possível nascer um ideal que tinha por conteúdo o ilimitado poder do pai primevo e a disposição de a ele se sujeitar.

Devido a mudanças culturais, o nivelamento democrático de todos os membros individuais do clã já não podia ser mantido e assim se manifestou uma inclinação a reviver o antigo ideal do pai, criando divindades. A transformação da atitude perante o pai, no entanto, não se limitou à esfera religiosa, mas se estendeu ao outro aspecto da vida humana influenciado pela eliminação do pai: a organização social.

Freud, então, finaliza essa obra com a suposição de que a consciência de culpa por um ato persiste através de milênios e continua influenciando gerações que nada podiam saber sobre esse ato. Atribui a isso o nome de “Psicologia dos povos” ou etnopsicologia, que diz respeito à continuidade da vida psíquica das gerações que se sucedem. Apóia-se na ideia de que os processos psíquicos continuam de

uma geração para a seguinte, sem a necessidade de adquirir, assim, seu novo posicionamento ante a vida, garantindo progresso e desenvolvimento.

No texto *O mal estar na civilização* (1930), o autor trabalha conteúdos referentes a essa categoria quando afirma que o elemento fundamental por trás da repressão dos instintos libidinais e agressivos é o medo da perda do amor. No desenvolvimento do assunto, afirma que isso se dá porque para os adultos, o lugar do pai, ou de ambos os pais, é tomado pela grande sociedade humana, instância simbólica confiável para intermediar as relações.

Diante disso, os homens apenas se permitem realizar algo tido como mau pela sociedade, mas que lhes são agradáveis, se tiverem certeza de que a autoridade não saberá ou nada poderá fazer para repreendê-los. O temor é o de ser descoberto e punido.

Existe um segundo estágio de desenvolvimento que se refere ao momento que essa autoridade é internalizada pelo estabelecimento de um Super-eu. Porém esse estágio não se difere muito do anterior. O Super-eu atormenta o Eu pecador com as mesmas sensações de angústia e não dispensa uma oportunidade para fazê-lo ser punido pelo mundo exterior. O estágio infantil da consciência, com a influência de instâncias parentais, não é abandonado após a introjeção do eu, mas subsiste junto e por trás dela.

Uma considerável agressividade, por exemplo, deve ter se desenvolvido na criança contra a autoridade que barra as primeiras satisfações de seus desejos. Ela é obrigada, no entanto, a renunciá-la, acolhendo dentro de si, por identificação, essa autoridade inatacável, que se torna Super-eu e contém toda a agressividade que a criança gostaria de exercer contra ele.

A relação entre o Super-eu e Eu é então o retorno de relações reais entre o Eu, ainda não dividido, e um objeto externo, encontrando-se deformado pelo desejo. A severidade original do Super-eu não é própria, ou a que o atribuímos, mas representa nossa própria agressividade para com ele.

É válido destacar que Freud, concordando com Melanie Klein, observou que, conforme constatado pela experiência, a severidade do Super-eu desenvolvido pela criança de modo algum reflete a severidade do tratamento que recebeu, surge independente disso, sendo que uma criança educada de forma branda pode ter uma

consciência bastante severa. Porém afirma ser incorreto exagerar nessa independência, uma vez que o rigor da educação também influi na formação do Super-eu infantil, ou seja, fatores constitucionais herdados e influências do meio atuam conjuntamente na formação do Super-eu e gênese da consciência.

5.2. INTERMEDIÇÃO SIMBÓLICA NA MASSA

Em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) Freud dá um valor especial a duas formas de massa distinta: as massas com líder e sem líder. Cita como exemplo a igreja católica e o exército que se alimentam da ideia de que há um chefe supremo (na Igreja católica, Cristo, num Exército, o general) que ama igualmente todos os indivíduos dessa massa.

Para o autor tudo depende dessa ilusão e se ela fosse abandonada, tanto um quanto o outro se dissolveriam, pois essas figuras se relacionam com esses indivíduos como um substituto paterno para eles. Todas as exigências feitas ao indivíduo derivam desse amor.

Diante de Cristo, por exemplo, são todos iguais e partilham igualmente o seu amor. Não é à toa que se trate com semelhança a comunidade cristã a uma família, e que os crentes de tratem como irmãos, ou seja, a ligação de cada um a Cristo é também a causa da ligação deles entre si. Algo assim também ocorre no exército, uma vez que o general é tido como pai, que ama igualmente todos os seus soldados, o que faz deles camaradas entre si.

Ele faz então referências às ideias apresentadas em *Totem e Tabu* (1913) segundo as quais a forma primeva da sociedade humana foi a de uma horda governada irrestritamente por um macho forte. As massas então exibiriam novamente a imagem familiar de um indivíduo superforte em meio a um bando de companheiros iguais, sendo assim uma revivescência da horda primeva.

CONCLUSÃO

Ao se ter contato com a trajetória e obras de Sigmund Freud fica claro que ele se recusou a ver a teoria psicanalítica reduzida a um simples ramo da ciência médica ou especialização terapêutica e buscou sempre ampliar o campo de competência do seu estudo. As obras analisadas para elaboração dessa monografia fazem parte desse contexto: a investigação psicanalítica estendeu-se também às manifestações culturais.

Por meio das leituras foi possível perceber que o autor estava sempre atualizado quanto aos acontecimentos e assuntos em pauta na sua época e estudava com intensidade os posicionamentos e conjecturas de diversos pensadores contemporâneos, com quem estabelecia debates e oferecia contribuições, tendo a teoria psicanalítica como referência.

Ao analisar sob que modos conteúdos antropológicos recebem uma análise psicanalítica, é notório que para Freud o individual e o social seguem uma mesma estrutura e respondem às mesmas leis, que o leva a recorrer e converter as teorias traçadas em relação ao primeiro para explicar processos que ocorrem no segundo. Em diversos momentos o exame da cultura seguiu esse direcionamento, com a abordagem da dimensão inconsciente do fato social.

Na obra *Totem e tabu* (1913) isso se torna perceptível quando o autor traz o Complexo de Édipo para a origem da civilização e moral colocando em cena também um pai no lugar central, como introdutor à castração. Ele transformou em fato real o desejo inconsciente de matar o pai, necessário para passagem da força bruta para a lei simbólica. A proibição ao incesto teria origem com esse parricídio, depois retorna na figura do Totem e posteriormente na figura de deus das religiões monoteístas.

Ainda nesse texto é possível verificar que o psicanalista busca uma reconstrução de uma possível origem do social e da cultura. Age como no tratamento analítico, em que se realiza uma reconstrução operada a partir de elementos manifestos reduzidos a seu sentido por meio de interpretações pertinentes. (MEZAN, 1985)

Em *O mal estar na civilização* (1930) esse fator também é visível quando Freud relaciona religião a uma resposta ao desamparo infantil, momento em que o bebê caminhou para a diferenciação do Eu com o mundo externo por meio de inevitáveis sensações de dor e desprazer ao se perceber que algumas coisas a que não se gostaria de renunciar, por trazer satisfação, não são Eu, são objetos e constituem um ameaçador fora. A sensação de pertencimento ao todo, por trás das ideias religiosas, seria vestígio dessa fase de não separação Eu-não Eu.

A ideia de um pai que ama e protege aparece como uma formação reativa a uma necessidade infantil de proteção paterna. Associou-a também a uma tentativa de consolação diante do perigo que o Eu percebe no mundo exterior, sendo que essas doutrinas esclarecem enigmas e garantem compensações para as frustrações dessa vida, mesmo que em outra existência.

Nas obras analisadas, a civilização é tida como o conjunto de realizações e instituições que nos distanciam da satisfação de nossos instintos para proteção diante da natureza e regulação dos vínculos. Porém o autor alerta constantemente para a necessidade de se dosar o controle do Id, para não ir além de certos limites e produzir no indivíduo rebelião, neurose ou infelicidade.

Tal aspecto pôde ser claramente encontrado logo no primeiro texto estudado, *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908), em que a dinâmica psíquica – conflito, repressão e retorno do reprimido – base de seu trabalho sobre a conversão histérica, aparece como eixo central da obra. Sua teoria é que a exigência de se obedecer a uma moral sexual, estabelecida com o objetivo de estimular intensa e produtiva atividade cultural, gera conflito, por exigir uma repressão nociva da vida sexual das populações civilizadas. Esse conteúdo reprimido, então, retorna em forma de doença nervosa, o que acaba por frustrar os objetivos da civilização, pois a saúde e capacidade vital dos indivíduos estariam sujeitas a danos.

Nesse contexto, a religião aparece como uma instituição ideal, já que condena como pecaminosos os impulsos sexuais e oferece como sacrifício à divindade a satisfação instintual renunciada, admitindo como sagradas as aquisições do processo repressivo.

As análises das categorias: sobre renúncia e repressão nas obras sociais de Freud, fatores que sustentam os laços sociais, religião e intermediação simbólica fazem concluir que, para Freud, a cultura, por obedecer a um impulso erótico interno, que é responsável por unir os homens em uma massa intimamente ligada, só alcança esse fim por meio de repressões instintuais e fortalecimento de um sentimento de culpa. Assim, o que teve início com o pai se completa no grupo.

Como se trata do curso de desenvolvimento da família à humanidade, está ligado à cultura esse acréscimo do sentimento de culpa, como consequência de conflitos ambivalentes. O preço do progresso cultural, portanto, é visto como a impossibilidade de se alcançar a felicidade.

Diante de tais fatos fica evidente que o social não é alheio ao objeto da psicanálise, mas sim implicado neste, o que torna incoerente a distinção entre psicanálise e psicanálise aplicada, como categoria menor, tão comum quando se pesquisa sobre as contribuições não clínicas de Freud. Nos textos antropológicos é possível verificar que seus argumentos convergem com todas as suas investigações e, por essa razão, são retomados elementos da sua clínica.

No texto *A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial* (1926), em que Freud discute se também seria permitido aos não médicos exercerem a psicanálise, ele afirma não ser desejável que a psicanálise se restrinja à medicina e permaneça nos manuais de psiquiatria. Para o autor:

“Na condição de ‘psicologia profunda’, de teoria do inconsciente psíquico, ela pode se tornar imprescindível para todos os saberes que se ocupam da gênese da cultura humana e de suas grandes instituições, como arte, religião e organização social. Creio que ela já lhes prestou ajuda considerável na solução de seus problemas até agora, mas tais contribuições ainda são pequenas, comparadas ao que se pode alcançar quando historiadores da civilização, psicólogos da religião, estudiosos da linguagem etc. aprenderem a manejar por si mesmos o novo instrumento de pesquisa colocado à sua disposição.” (p. 215)

Além disso, o próprio autor iniciou o texto *Psicologia das massas e análise do eu* (1921) questionando a oposição entre psicologia individual e social, considerando

necessário que a sociologia não ignore o psiquismo individual e coletivo na explicação dos fenômenos sociais.

Assim, é possível verificar a necessidade de se ampliar o manejo da psicanálise visando sua extensão para outros campos, destacando o social, e desse modo não esgotar as reflexões propostas por Freud nessas áreas e limitar sua teoria à clínica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRACCO, Mariangela Kamnitzer. *E finalmente Freud aprendeu a falar português*. *IDE SÃO PAULO*, 34 (52). 260-267, 2011.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BEETTELHEIM, Bruno. *A Viena de Freud e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

ENRIQUEZ, Eugène. *Da horda ao estado: Psicanálise do Vínculo Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FIGUEIREDO, Luis Claudio M.; SANTI, Pedro Luis Ribeiro de. *Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência*. 3ª Ed. São Paulo: EDUC, 2008.

FREUD, Sigmund. (1908) A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In: *Sigmund Freud, Obras Completas; tradução e notas Paulo César de Souza*. Volume XI. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 359-389.

FREUD, Sigmund. (1913) Totem e tabu. In: *Sigmund Freud, Obras Completas; tradução e notas Paulo César de Souza*. Volume XI. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 209-246.

FREUD, Sigmund. (1915) Os instintos e seus destinos. In: *Sigmund Freud, Obras Completas; tradução e notas Paulo César de Souza*. Volume XII. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 51-81.

FREUD, Sigmund. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: *Sigmund Freud, Obras Completas; tradução e notas Paulo César de Souza*. Volume XV. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 13-113.

FREUD, Sigmund. (1926). A questão da análise leiga: diálogo com interlocutor imparcial. In: *Sigmund Freud, Obras Completas; tradução e notas Paulo César de Souza*. Volume XVII. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 124-230.

FREUD, Sigmund. (1930). O mal estar na civilização. In: *Sigmund Freud, Obras Completas; tradução e notas Paulo César de Souza*. Volume XVIII. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 13-122.

IANNINI, Gilson. *A língua de Freud e a nossa*. Revista Cult, nº 181, 2013. Disponível em:
<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/07/a-lingua-de-freud-e-a-nossa/>
Acesso em: 01 nov. 2016.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MEZAN, Renato. *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Brasiliense – Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985.

MEZAN, Renato. *Tempo de muda*. Ensaios de psicanálise. SP: Companhia das letras, 1998.

SOUZA, Paulo César Lima de. *As palavras de Freud*. Série Temas. Volume 68-Tradução e Psicanálise. Editora Ática, 1998.